



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”  
São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

## FRONTEIRA ÉTNICA: ÍNDIO E NEGRO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO LITORAL SUL PARAIBANO

### **Amanda Christinne Nascimento Marques**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Sergipe.  
Grupo de Pesquisa: Gestar: Território, Trabalho e Cidadania,  
UFPB/ TERRA: Territórios étnicos e Estudos RuRAis, IFAL  
E-mail: amandamarques.geografia@gmail.com

### **Maria Geralda de Almeida**

Orientadora e professora do Departamento de Geografia da  
Universidade Federal de Goiás– UFG.  
Grupo de Pesquisa: Geografia Cultural: territórios e territorialidades  
E-mail: mgdealmeida@gmail.com

O território da microrregião do Litoral Sul Paraibano é constituído por uma paisagem diversificada, apresentando baixa densidade demográfica em alguns trechos. Nessa porção territorial primórdio da ocupação, situam-se os municípios de João Pessoa, Conde, Alhandra e Pitimbu, cujo desenvolvimento econômico esteve pautado na monocultura canavieira com instalação de engenhos. Além disso, conta com a presença de grupos étnicos, como: os índios e os negros.

Na atualidade, a especulação imobiliária e o crescimento das atividades turísticas são, em geral, as forças responsáveis pela sua ocupação e causa dos conflitos que decorrem do seu processo histórico, conseqüentemente gerando confrontos territoriais, pois na mesma porção do espaço temos diversas formas de uso e ocupação do solo pelas populações tradicionais e por atividades incorporadas recentemente ao território.

O processo de territorialização do Litoral Sul também foi constituído de diferentes momentos e agentes produtores do espaço. No período colonial, a coroa portuguesa e a igreja, se apresentaram como forças de um poder hierarquizador em relação aos grupos indígenas que ocupavam essa porção territorial. Os grupos indígenas, conforme é possível interpretar a partir das narrativas de viagens do debate historiográfico, sofreram um processo de incorporação e assimilação provenientes dos valores herdados do contato com os europeus, bem como do próprio processo de miscigenação, causado pela repressão sofrida com etnocídios, genocídios e principalmente, em decorrência da expulsão de seus territórios. Pelo mesmo processo de

silenciamento passaram os negros africanos que, despatrializados, foram utilizados como mão-de-obra escrava.

Nesse contexto, objetivamos analisar o processo de territorialização da microrregião do Litoral Sul paraibano, tomando como especificidade a territorialidade étnica dos índios Tabajara e dos quilombolas do Gurugi e Ipiranga.

Esses grupos tiveram formas iguais de uso da terra, ou seja, de organização e modo de vida em coletividade. Entretanto, do ponto de vista jurídico-político, os mencionados grupos passaram por processos de expropriação e de reapropriação da terra marcada por legislação diferenciada, a exemplo do artigo 232 da Constituição de 1988 e do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Essas comunidades, em momentos históricos diferentes, estabeleceram relações territoriais e interétnicas que os diferenciam e ao mesmo tempo os aproximam. Nesse sentido, partiremos de algumas questões de reflexão analítica, entre as quais destacamos: Em uma situação de conflito tal qual se instala, quem tem direito ao território? Quais dispositivos legais e que sujeitos, famílias oligárquicas e conflitos estão postos nessa porção territorial? Como se desenvolvem os momentos de silenciamento e emergência desses grupos? Em que medida a mistura étnica se apresenta como fator favorável ou desfavorável num processo de reivindicação territorial?

O Litoral Sul, também passa por uma outra forma de fracionamento territorial, sobretudo com o processo de luta pela terra, de desapropriação das mesmas pelo INCRA para fins de reforma agrária e de atendimento à reivindicação étnica, quilombola. Cabe destacar, que no território Tabajara da Jacoca demarcado por Justa Araújo no século XIX, há uma sobreposição de identidades étnicas e interesses territoriais.

Nesse arranjo, como relatado anteriormente, uma família que se autoidentifica Tabajara, passa a reivindicar sua ancestralidade indígena, no sentido de re-territorializar a antiga Jacoca por meio da reativação da memória como elemento chave de mobilização indígena e de identidade territorial.

Compreender as dimensões do processo de identificação de grupos indígenas e quilombolas, denominados grupos resistentes e persistentes, requer uma aproximação de conceitos como território, territorialidade e etnia.

Esses são conceitos que apresentaram diferentes entendimentos ao longo da história do pensamento geográfico. Nesse sentido, alguns autores são fundamentais para revisitá-los, a exemplo de Ratzel (1990 – [1899]), Raffestin (1993), Moraes (1984), Souza (2003), Santos (1994) e Haesbaert (2002, 2004)

Buscaremos reconstruir as situações históricas do Litoral Sul, por meio da utilização de documentos que referenciam o processo de contato e territorialidades étnicas, a exemplo dos relatórios dos presidentes da província e dos documentos de colonização de terras públicas de 1860. Ainda em relação aos documentos, será priorizado o levantamento de informações no Arquivo da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, localizados no Rio de Janeiro, principalmente a caixa de documentação de terras públicas da Parahyba, durante o século XIX.

Também recorreremos a buscas na Internet em CD's de eventos técnico-científicos e nos portais especializados em divulgação científica, a exemplo do Scielo e portal da Capes, com a finalidade de localizar artigos relacionados às questões dos territórios indígenas e quilombolas no Brasil. Faremos um levantamento bibliográfico sobre os índios Tabajara e os negros do Gurugi e Ipiranga, utilizando fichas de levantamento bibliográfico nas Instituições de Ensino Superior (IES) dentre outras instituições a exemplo da (o) (s): Biblioteca Nacional, Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Biblioteca Setorial do Departamento de Geociências, além de diversas Bibliotecas das Universidades Federais do Nordeste, a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), dentre outras que poderão ser acessadas por ocasião da nossa participação em eventos.

Faremos pesquisa via web e em órgãos públicos, como o banco de teses da capes, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares, Pastoral do Negro, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e no Museu Nacional em busca de dados referentes às aldeias indígenas e aos territórios quilombolas do Nordeste brasileiro e especificamente dos localizados no Estado da Paraíba;

Discutiremos as legislações e Leis que regulamentam e tratam do processo jurídico-político das terras indígenas e quilombolas a partir da leitura das constituições brasileiras, dos decretos presidenciais, das convenções e do Estatuto do Índio.

Interpretaremos as relações de poder estabelecidas entre os grupos e o Estado, bem como seus modos de vida, com o auxílio da realização de trabalhos de Campo.

Construiremos nossa argumentação a partir das teorias pós-coloniais, com o propósito de construir uma leitura do sul, considerando as análises de autores como Said (2011) quando discute o poder exercido pelos impérios sobre as colônias, Spivak (2003;1994) a partir do olhar subalterno, Hall (2003;2006) ao analisar a identidade cultural na pós-modernidade e Bhabha (1998) quando analisa o pós colonialismo e as diferenças culturais

Dessa forma, buscaremos interpretar as dinâmicas territoriais dos quilombolas do Gurugi, Ipiranga e dos índios Tabajara, não pelos caminhos prontos, nem verdades inquestionáveis, consideramos que toda pesquisa tem seus limites e permite que o pesquisador consiga penetrar e descobrir caminhos que o leve a compreensão da realidade. Nesse sentido, consideramos a visão de Santos (2004), quando diz que o conhecimento científico não é fechado e imutável, mas ao contrário, a ciência evolui a partir do momento em que estamos abertos ao diálogo e temos a possibilidade de enxergar diferentes formas de compreensão do mundo.

Destacamos também que a discussão proposta se situa numa sociedade, cujo modelo de produção capitalista gera contradições e artifícios perversos para a manutenção e reprodução do mesmo. Entretanto, ao considerarmos a importância de se entender esses grupos etnicamente diferenciados por meio das ações do modelo de produção que vivemos, temos também a possibilidade de compreender esses grupos baseando em Milton Santos. Em seu livro *Por uma outra globalização*, chama de movimentos de resistência, os quais re-atualizam a possibilidade de um outro mundo possível.

## **Referencias**

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Dessertorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MORAES, A.C.R. Território. In: **REVISTA ORIENTAÇÃO** – USP. Vol. 5. São Paulo: Instituto de Geografia, 1984.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).
- RATZEL, F. [1899] **Ratzel – Geografia**. S. I.: Ed. Ática, 1990. N. 59. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SPIVAK, Gayatri. Puede Hablar el Sualterno?. *Revista Colombiana de Antropologia*, (39), 2003. P.297-364.
- SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.) **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994. P.187-205.
- SOUZA, M. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**; 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

Eixo de inscrição (Análise Agrária).